

Apresentação – Dossiê “Emenda Constitucional 59/2009: Em busca da criança perdida”

Rodrigo Saballa de Carvalho¹
Paulo Sergio Fochi²

O desafio colocado para organizar este dossiê versando a respeito da temática imposta pós aprovação da Emenda Constitucional 59/2009 que, dentre outros temas, tornou obrigatória a educação para as crianças a partir dos 4 anos, nos mobilizou a perguntar-se sobre o lugar das crianças no ano que os municípios devem universalizar o acesso à pré-escola. Em tal perspectiva, enquanto pesquisadores da área da Educação Infantil, acreditamos que a obrigatoriedade não produz necessariamente a ampliação democrática e a qualidade da oferta, pois rompe com a concepção educacional expressa na Constituição de que o atendimento em creches e pré-escolas é um direito da criança e uma opção da família. Acreditamos que o fato de a escola se tornar obrigatória aos 4 anos, traz para a pré-escola uma concepção que pode identificá-la de forma inadequada com o Ensino Fundamental, tanto nos conteúdos quanto na metodologia.

Além disso, estamos correndo o risco de que a obrigatoriedade da pré-escola, faça com que a creche destinada a crianças de 0 a 3 anos, acabe sendo negligenciada. Fato comprovado, na constatação de que esta faixa etária ainda é a que tem o menor índice de atendimento apresentado no país. Por essa razão, a prioridade de oferta de Educação Infantil para as crianças de 4 anos, devido a sua obrigatoriedade, conseqüentemente ocasionará um crescente deslocamento do atendimento das crianças de 0 a 3 anos para a esfera privada

¹ Pós –Doutorado em Educação (UFPEL), Doutorado em Educação (UFRGS). Mestrado em Educação (UFRGS). Professor do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da mesma Universidade (PPGICH).

² Doutorando em Educação na linha de Didática e Formação de Professores (USP), Mestre em Educação na linha Estudos sobre Infância (UFRGS), Especialista em Educação Infantil (Unisinos), Pedagogo. Professor do curso de Pedagogia (Unisinos) e Coordenador e professor do curso de especialização em Educação Infantil (Unisinos). Pesquisador colaborador do Contextos Integrados em Educação Infantil (USP/ CNPq). Consultor da Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil (MEC).

filantrópica. Afinal, como promover a universalização do atendimento da Educação Infantil e não apenas da pré-escola?

Nesse sentido, sensibilizados e preocupados pelos movimentos que estamos acompanhando nos diferentes municípios para atender a esta demanda, recorreremos ao cinema fantástico de Jean-Pierre Jeunet e Marc Caro no longa “A cidade das crianças perdidas” (1995) para convidar os leitores deste dossiê a problematizar esta complexa trama que nos aparece diante da atual conjuntura.

La cité des enfants perdus conta a história de crianças que eram raptadas para terem seus sonhos roubados pelo professor cientista Krank. A incapacidade de sonhar do professor e o universo autoritário, rodeado por personagens que são tutelados por um cérebro sem corpo, compõem este cenário de um conto de fadas pós-moderno. A trama deste longa metragem circula em torno dos sonhos das crianças que, contrariando o mundo artificial criado pelo professor Krant para sua auto preservação, subvertem a ordem natural das coisas e tentam manter pulsante os acontecimentos próprios da vida.

Aliás, é por causa das crianças, elo entre o espectador e a trama, que conseguimos ir acompanhando a trajetória desenvolvida no filme, pois são os meninos e meninas que mediam a nossa relação com aquele universo tenebroso criado pelos cineastas.

Dentre os tantos aspectos que poderíamos destacar, escolhemos colocar a foco na criança, primeiro, por quê entendemos como direito dos meninos e meninas a creche e a pré-escola, assim, não cremos que o debate possa ser feito por outra via. Também em função do impacto que sabemos que o desdobramento aligeirado e sem a discussão necessária sobre o que significa obrigar pais a matricularem seus filhos em instituições escolares poderá ocasionar em um país com realidades tão diversas e adversas como o nosso. Da mesma forma, dado o déficit de atendimento histórico na Educação Infantil, as manobras que os gestores municipais estão tomando, não apenas afrontam o direito das crianças, como coloca em risco um projeto de educação que vem sendo discutido e perseguido nos últimos vinte anos.

Se de um lado, a EC 59/2009 se coloca positivamente em um cenário que envolve sérios problemas no acesso e permanência dos meninos e meninas nas escolas. Por outro, em função de tornar obrigatório o acesso de parte da Educação Infantil (ou seja, apenas a pré-escola) e por isso, recomendar atenção

prioritários aos gestores públicos para esta faixa etária, sublinha a divisão entre creche e pré-escola fragilizando o atendimento das crianças de 0-3 anos.

Além disso, acompanhando os movimentos que os gestores públicos de diversos municípios têm feito, é possível notar que outros fenômenos estão ocorrendo para atender a meta de universalização de atendimento da pré-escola: o atendimento apenas em tempo parcial, a migração de turmas de pré-escolas para prédios de ensino fundamental (na maior parte das vezes, sem infraestrutura adequada para as crianças desta faixa etária), a terceirização da creche através de conveniamentos e, a fragilização da gramática pedagógica própria da educação infantil, ou seja, a atenção a um caráter mais amplo do processo educativo e não restringindo-se ao ensino, aulas e a todo os artefatos característicos do Ensino Fundamental.

Subvertendo a narrativa do filme anteriormente citado que mostra uma sociedade distópica e aniquiladora dos sonhos das crianças, o que esperamos a partir deste dossiê temático da Revista Textura é alertar sobre os impasses e os desafios postos a partir da EC 59/2009 para não perdemos de vista as crianças. Ao contrário, queremos acreditar que talvez aqui resida uma importante conjuntura, mais do que nunca, de afirmarmos as crenças construídas em torno do campo de estudos da Educação Infantil.

Por isso, para percorrermos os diferentes aspectos que envolvem confrontar o tema da obrigatoriedade na pré-escola, optamos por organizar o dossiê em três seções. A primeira, *Velhas e novas obrigatoriedades: para quais crianças?*, reúne três artigos que problematizam a história da obrigatoriedade no cenário brasileiro e colocam como pano de fundo as formas que isso vem afetando as crianças.

Bruna Breda, no artigo *O ensino obrigatório na legislação federal dos séculos XX e XXI*, faz um recorrido histórico, desde a Constituição de 1934 confrontando com indicadores estatísticos dos dois últimos séculos para entender como as determinações legais são cumpridas por meio da inserção das crianças na escola.

A *(pré)-escola na lógica da obrigatoriedade: um desconcertante 'dejà vu'?*, das autoras Mônica Appezato Pinazza e Maria Walburga dos Santos, convidam o leitor a pensar os impactos pedagógicos já conhecidos na implementação dos jardins de infância frobelianos na virada do século XIX e a possível vinculação entre a ideia de preparação e instrução fortemente presentes no século XX. A questão seguinte posta pelas autoras é qual os

avanços e retrocessos a partir do cenário anteriormente indicado por elas a partir da obrigatoriedade de matrícula na pré-escola hoje, no século XXI.

No artigo de Cinthia Votto Fernandes, *Desatando nós...os fios que tecem o percurso da pré-escola no Brasil: da liberdade de escolha à obrigatoriedade de frequência*, centra-se no percurso histórico da pré-escola no Brasil até chegar na obrigatoriedade de frequência dos meninos e meninas. Ao mesmo tempo em que aponta referenciais teóricos para refletir a atual conjuntura, problematiza as identidades da Educação Infantil ao longo do seu percurso.

A segunda seção, *De Norte a Sul: perderam as crianças?*, encontra-se três análises de realidades brasileiras, duas do sul do país e outra do norte, analisando os movimentos que os gestores públicos estão fazendo para o atendimento da universalização da pré-escola e os possíveis impactos. Nesta seção tangenciam-se questões importantes que demonstram que as crianças estão saindo do foco do debate, permanecendo apenas no aspecto do acesso a pré-escola.

Obrigatoriedade de matrícula aos 4 anos: ampliação ou recuo do direito?, de Rosânia Campos e Maria Carmen Silveira Barbosa, analisa, a partir de uma pesquisa documental, as estratégias utilizadas por três municípios do estado de Santa Catarina para o cumprimento da EC 59/2009. Os dados apontados pelas autoras mostram a tendência em reduzir o tempo do atendimento e a percepção de que é reforçado a divisão creche e pré-escola.

Maria Luiza Rodrigues Flores e Simone Santos de Albuquerque, no artigo *Direito à educação infantil no contexto da obrigatoriedade de matrícula escolar na pré-escola*, aponta aspectos legais, políticos e pedagógicos neste processo de implementação da obrigatoriedade. A partir de dados censitários da realidade do Rio Grande do Sul, as autoras contrapõem a importância de programas de Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Pública de Educação Infantil (Proinfância) para a ampliação da oferta desta etapa da educação básica e a tendência dos municípios em migrar para salas ociosas de prédios do Ensino Fundamental com as crianças da pré-escola.

O último artigo desta seção é o de Sônia Regina dos Santos Teixeira e Ana Paula Melo de Araújo, com o artigo *Contribuições da teoria histórico-cultural para a universalização da pré escola no Brasil*, em que se busca analisar as contribuições da teoria histórico-cultural para a implantação da obrigatoriedade da pré-escola a partir de duas realidades do estado do Pará. No

texto, as autoras abordam ainda a respeito da importância do fortalecimento de uma ideia de educação infantil e o valor do processo de formação dos professores para esta etapa.

A última seção do dossiê, *Por pedagogias que não se percam (d)as crianças*, busca convidar o leitor a problematizar as pedagogias presentes nos diversos espaços da educação infantil e afirmar uma ideia de criança que deve ser escutada e levada a sério.

Para abrir a seção, a autora portuguesa Julia Oliveira-Formosinho, no texto *As gramáticas pedagógicas participativas e a construção da identidade da criança*, aponta a força que as diferentes pedagogias exercem na formação pessoal e social das crianças pequenas. Por isso, ao destacar a formação em contexto como motriz para a reconstrução da pedagogia da infância, acena para modelos de investigação alternativos na atualização e produção de novos conhecimentos.

“O muro serve para separar os grandes dos pequenos”: narrativas para pensar uma pedagogia do cotidiano na educação infantil, é a voz das crianças restituídas por Rodrigo Saballa de Carvalho e Paulo Sergio Fochi em um texto que defende uma ideia de pedagogia que toma o cotidiano como sentido e direção da educação infantil. Os autores analisam narrativas geradas em uma pesquisa com crianças de quatro anos de idade sobre o cotidiano vivido na escola e, a partir destas, propõem alguns alertas e possibilidades a serem dialogadas nos contextos das escolas.

No artigo intitulado: *Perspectivas de crianças sobre o cotidiano da pré-escola: o recreio em foco*, as autoras Silvia Helena Vieira Cruz e Celiane Oliveira dos Santos, evidenciam o ponto de vista das crianças sobre da pré-escola sobre o recreio. Trata-se, sem dúvida alguma, de um texto sensível que coloca em primeiro plano o modo como as crianças enxergam o cotidiano da escola. Além disso, o artigo contribuiu indefectivelmente para que os professores possam perceber outros modos de entender o cotidiano vivenciado por meninos e meninas diariamente na escola da infância.

O último artigo do dossiê é escrito por Solange Estanislau Santos, Flávio Santiago e Ana Lúcia Goulart de Faria, e apresenta o inquietante título: *Manifesto (des)educado: profanações pós-coloniais*. Em seu artigo, os autores procuram problematizar a partir do pensamento pós-colonialista, a obrigatoriedade da matrícula de crianças com quatro e cinco anos de idade na Educação Infantil. Para tanto, defendem ideias contrárias aos movimentos que

legitimam o processo de escolarização na Educação Infantil, os quais iniciam cada vez mais cedo as crianças no tempo, na lógica e na dinâmica do sistema capitalista.

Por fim, compartilhamos com Bruner (1999 *apud* STROZZI, 2014, p.79) que a escola “pode ser um lugar honesto de se viver a vida”. Por isso, assim como no filme “A cidade das crianças perdidas”, acreditamos que é estando com as crianças e construindo uma educação para as crianças que conseguiremos avançar na construção de pedagogias que respeitem as singularidades e bem estar dos meninos e meninas com os quais partilhamos diariamente a vida em nossas escolas. Afinal, enquanto pesquisadores defendemos o argumento de que a educação é algo que se inventa a cada dia. Eis o desafio que lançamos aos leitores do dossiê.

REFERÊNCIA

STROZZI, Paola. Um dia na escola, um cotidiano extraordinário. In: ZERO, Project. **Tornando visível a aprendizagem**: crianças que aprendem individual e em grupo. São Paulo: Phorte, 2014.